

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	7
ABREVIATURAS E OUTRAS INDICAÇÕES DE LEITURA	9
I – ENTES LABORAIS COLECTIVOS	17
§ 1º – Aspectos gerais. Sequência	19
§ 2º – Associações sindicais	27
1. Evolução: breve apontamento sobre a história e as perspectivas actuais do sindicalismo	27
1.1. O surgimento dos sindicatos e a sua importância para o desenvolvimento do Direito do Trabalho	27
1.2. A evolução do associativismo sindical: publicização e reprivatização das associações sindicais; internacionalização dos sindicatos e sindicalismo na União Europeia; o sindicalismo na crise do Direito do Trabalho e perspectivas de futuro	33
2. Enquadramento constitucional das associações sindicais no sistema jurídico português: o princípio da liberdade sindical	43
2.1. Aspectos gerais	43
2.2. O princípio constitucional da liberdade sindical: valência colectiva e valência individual	44
2.3. A previsão constitucional do fim e dos direitos das associações sindicais	52
	635

3. Delimitação e tipologia das associações sindicais	53
3.1. Delimitação	53
3.2. Tipologia	62
4. Constituição, organização e funcionamento das associações sindicais	64
4.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica; vicissitudes e extinção	64
4.2. Organização e funcionamento	68
5. Direitos das associações sindicais	70
5.1. Enunciado geral	70
5.2. O problema da representação de trabalhadores não subordinados pelas associações sindicais	74
6. Exercício da actividade sindical na empresa	81
6.1. Acção sindical na empresa	81
6.2. Direitos e deveres especiais dos delegados sindicais e dos membros da direcção de associação sindical na empresa; crédito de horas; protecção legal dos representantes dos trabalhadores	91
7. Relações da associação sindical com os associados	99
7.1. Liberdade sindical individual	99
7.2. Quotização sindical	107
8. Regimes especiais: liberdade e associativismo sindical dos trabalhadores públicos; categorias especiais	109
§ 3º – Comissões de trabalhadores	115
9. Aspectos gerais	115
10. O enquadramento constitucional das comissões de trabalhadores	121
11. Delimitação e tipologia, constituição e organização das comissões de trabalhadores	124
11.1. Delimitação	124
11.2. Tipologia	130
11.3. Constituição, personalidade jurídica, organização e funcionamento	132
12. Direitos das comissões de trabalhadores	140
12.1. Aspectos gerais: a capacidade das comissões de trabalhadores	140
12.2. Alguns direitos em especial	142
12.3. A questão da representação de trabalhadores não subordinados pelas comissões de trabalhadores	149
13. Actuação da comissão de trabalhadores na empresa	151
13.1. Aspectos gerais	151
13.2. Direitos e deveres especiais dos membros da comissão de trabalhadores na empresa	153

§ 4º – Conselhos de empresa europeus; conselhos de trabalhadores; representantes dos trabalhadores para a saúde e segurança	157
14. Conselhos de empresa europeus	157
14.1. Delimitação geral e enquadramento comunitário	157
14.2. Empresas e grupos de empresas de dimensão comunitária: conceptualização	161
14.3. A representação dos trabalhadores nas empresas e grupos de empresas de dimensão comunitária: mecanismos de representação; âmbito do envolvimento dos trabalhadores	162
14.4. O estatuto dos representantes dos trabalhadores nas empresas e nos grupos de dimensão europeia	165
15. Conselho de trabalhadores em sociedade anónima europeia e em sociedade cooperativa europeia; estruturas de representação dos trabalhadores em sociedade resultante de fusão transfronteiriça	167
15.1. Delimitação geral e enquadramento comunitário	167
15.2. Regime nacional	171
15.2.1. O regime nacional de participação dos trabalhadores na sociedade anónima europeia e na sociedade cooperativa europeia	172
15.2.2. O regime nacional de participação dos trabalhadores na sociedade de responsabilidade limitada resultante de fusão transfronteiriça	174
16. Representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde	177
§ 5º – Associações de empregadores	183
17. Aspectos gerais, delimitação, tipologia e características	183
17.1. Aspectos gerais; a «liberdade sindical» dos empregadores	183
17.2. Delimitação, características e tipologia; associações de empregadores e associações empresariais	186
18. Constituição, organização e funcionamento das associações de empregadores	190
18.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica	190
18.2. Organização e funcionamento	191
19. Direitos e deveres	194
§ 6º – Outros grupos laborais	199
20. Os grupos laborais <i>ad hoc</i> de trabalhadores no âmbito da empresa	199
21. As coligações <i>ad hoc</i> de empregadores para efeitos laborais	202

II – INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DO TRABALHO	205
Secção I – Aspectos gerais	207
§ 7º – Delimitação geral e tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho	207
22. Tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: instrumentos autónomos e heterónomos; instrumentos nacionais e comunitários	207
23. A relação entre instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: o primado da autonomia colectiva; a relação entre os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho e os contratos de trabalho (remissão)	214
§ 8º – Evolução histórica e tendências actuais da negociação colectiva	217
24. Evolução histórica da negociação colectiva e dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho (breve excurso)	217
24.1. Conspecto geral	217
24.2. Evolução em Portugal	222
25. Tendências actuais da negociação colectiva	238
25.1. Panorama actual da contratação colectiva: a crise da negociação colectiva tradicional; a negociação colectiva como instrumento de flexibilização do Direito do Trabalho	238
25.2. A negociação colectiva atípica	249
Secção II – Instrumentos autónomos de regulamentação colectiva do trabalho	257
§ 9º – Convenção colectiva de trabalho	257
26. Delimitação e modalidades (remissão); sequência	257
27. Formação da convenção colectiva: a negociação colectiva	260
27.1. Pressupostos da convenção colectiva: em especial, a capacidade e a legitimidade das partes	260
27.2. Processo de formação	266
27.2.1. Aspectos gerais; fases do processo	266
27.2.2. Fase da proposta	269
27.2.3. Fase da resposta	276
27.2.4. Fase da negociação em sentido estrito	280
27.2.5. Fase da celebração	283

27.3. Forma	284
27.4. Depósito, publicação e entrada em vigor	285
27.4.1. Depósito	285
27.4.2. Publicação e entrada em vigor; outras formalidades	288
28. Conteúdo da convenção colectiva de trabalho	289
28.1. Delimitação geral: conteúdo obrigacional e conteúdo normativo; delimitação positiva e negativa do conteúdo	289
28.2. Conteúdo obrigacional	294
28.2.1. Aspectos gerais	294
28.2.2. Cláusula de paz social	295
28.2.3. Cláusula sobre serviços mínimos em caso de greve	300
28.2.4. Cláusulas sobre a resolução de conflitos decorrentes da aplicação ou revisão da convenção	301
28.2.5. Cláusulas de garantia sindical	302
28.3. Conteúdo normativo	303
28.4. Delimitação negativa do conteúdo da convenção colectiva	309
28.4.1. Aspectos gerais e limites negativos	309
28.4.2. Consequências dos vícios de conteúdo	320
28.5. Fixação do conteúdo: interpretação e integração da convenção colectiva; comissões paritárias; a aplicação da convenção no âmbito do contrato de trabalho	322
28.5.1. Interpretação e integração da convenção colectiva	322
28.5.2. Aplicação da convenção colectiva e sua articulação com o contrato de trabalho	326
29. Âmbito pessoal de aplicação da convenção colectiva	328
29.1. O princípio da filiação e as suas extensões	328
29.1.1. Aspectos gerais	328
29.1.2. Aplicação da convenção colectiva a trabalhadores e empregadores não filiados na associação sindical ou patronal outorgante	331
29.1.3. Aplicação da convenção colectiva ao novo empregador em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento	334
29.1.4. Aplicação da convenção colectiva a trabalhador não sindicalizado por escolha desse mesmo trabalhador: a adesão individual à convenção colectiva	339
29.1.5. Extensão da convenção colectiva a trabalhadores economicamente dependentes, a trabalhadores independentes e a trabalhadores subordinados de outra entidade – o regime dos arts 10º nº 1, 10º-A e 498º-A	348

29.2. A concorrência entre convenções colectivas de trabalho: regras gerais e articulação de convenções	357
30. Âmbito temporal e sucessão de convenções colectivas	361
30.1. Âmbito temporal: vigência e sobrevivência da convenção colectiva de trabalho	361
30.1.1. Sequência e evolução geral do problema	361
30.1.2. Início da vigência e possível retroactividade da convenção colectiva	365
30.1.3. Prazos de vigência, denúncia e renovação da convenção colectiva	366
30.1.4. Sobrevivência da convenção colectiva	372
30.2. Cessação e suspensão da vigência da convenção colectiva; sucessão de convenções colectivas e direitos adquiridos	378
30.2.1. Formas de cessação da vigência da convenção colectiva	378
30.2.2. Suspensão da aplicação da convenção colectiva	387
30.2.3. Sucessão de convenções colectivas e direitos adquiridos	390
30.3. Resolução de conflitos na revisão da convenção colectiva (remissão)	394
31. A natureza jurídica das convenções colectivas de trabalho	395
32. Regimes especiais: a contratação colectiva na Administração Pública	409
§ 10º – Outros instrumentos autónomos de regulamentação colectiva do trabalho: acordo de adesão; deliberação de arbitragem voluntária	417
33. Acordo de adesão	417
33.1. Noção e conteúdo	417
33.2. Processo de formação, publicação e entrada em vigor	419
34. Deliberação de arbitragem voluntária	421
34.1. Aspectos gerais sobre a arbitragem laboral	421
34.2. Arbitragem laboral voluntária: admissibilidade e funcionamento	425
Secção III – Instrumentos heterónomos de regulamentação colectiva do trabalho	429
35. Aspectos gerais	429
§ 11º – Portaria de extensão	433
36. Delimitação geral; a portaria de extensão e a autonomia colectiva (apreciação crítica)	433
37. Admissibilidade e conteúdo	438
38. Procedimento de extensão	448

39. Âmbito de aplicação: a aplicação da portaria de extensão a trabalhadores e empregadores filiados noutras associações sindicais e patronais; a conjugação da portaria de extensão com o direito de escolha da convenção pelo trabalhador não sindicalizado	453
40. Natureza jurídica; a singularidade da portaria de extensão	455
§ 12º – Portaria de condições de trabalho	457
41. Delimitação, condições de admissibilidade, conteúdo e natureza	457
42. Procedimento	461
§ 13º – Deliberação de arbitragem obrigatória e necessária	463
43. Aspectos gerais e modalidades de arbitragem não voluntária	463
43.1. Aspectos gerais	463
43.2. Arbitragem obrigatória	465
43.3. Arbitragem necessária	467
43.4. Arbitragem para suspensão do período de sobrevivência da convenção colectiva e mediação	470
43.5. Arbitragem para apreciação dos fundamentos da denúncia da convenção colectiva de trabalho	476
44. Processo arbitral e deliberação arbitral	479
III – CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO	483
45. Aspectos gerais. Sequência	485
Secção I – A composição dos conflitos colectivos de trabalho	489
46. Princípios gerais	489
47. Formas de composição pacífica dos conflitos colectivos	492
47.1. Conciliação	492
47.2. Mediação	494
47.3. Arbitragem (remissão)	497
Secção II – Greve	499
§ 14º – Delimitação	499
48. Enquadramento jurídico da greve: aspectos gerais	499

48.1. Surgimento da greve e fases de desenvolvimento: apreciação geral e comparada	499
48.2. Enquadramento da greve no sistema jurídico nacional	507
48.3. Em especial, o referente constitucional do direito à greve no sistema português	511
49. Conceito de greve e tipologia dos comportamentos grevistas	515
49.1. Delimitação da greve: aspectos gerais	515
49.2. A delimitação da greve pelo critério dos sujeitos: a greve como um direito dos trabalhadores subordinados; «greves» de não trabalhadores e de trabalhadores autónomos	516
49.3. A delimitação da greve pelo carácter colectivo: a greve como um direito colectivo; greves sindicais e greves não sindicais	518
49.4. A delimitação da greve pelo critério dos meios: a greve como abstenção da actividade laboral; greves próprias e impróprias; greves típicas e atípicas; greves de maior prejuízo	520
49.4.1. Comportamentos grevistas sem abstenção do trabalho: as greves impróprias	520
49.4.2. Comportamentos grevistas abstensivos atípicos: as greves atípicas e as greves de maior prejuízo	524
49.5. A delimitação da greve pelo critério dos fins: as greves profissionais e as greves não profissionais; as greves de solidariedade e as greves políticas	531
§ 15º – Regime jurídico	537
50. Processamento da greve	537
50.1. Sequência	537
50.2. Decisão, declaração e aviso prévio de greve	538
50.2.1. Decisão e declaração de greve: greves sindicais e greves não sindicais	538
50.2.2. Aviso prévio de greve; greves selvagens	540
50.3. Gestão da greve e representação dos trabalhadores durante a greve	547
50.4. Início, duração, termo e prorrogação da greve	549
50.5. Piquetes de greve	552
50.6. Princípio da não substituição dos grevistas	556
51. Adesão à greve e efeitos no contrato de trabalho	560
51.1. Aspectos gerais e razão de ordem	560
51.2. Adesão do trabalhador à greve	561
51.3. Efeitos da greve na situação juslaboral do trabalhador aderente: a suspensão do contrato de trabalho	565
51.4. Reflexos da greve na situação jurídica de terceiros	572

52. Serviços mínimos	573
52.1. Aspectos gerais	573
52.2. Tipologia e medida dos serviços mínimos	575
52.3. Determinação dos serviços mínimos	579
52.4. Regime de prestação dos serviços mínimos	584
52.5. Incumprimento dos serviços mínimos e requisição civil	587
53. Limites convencionais do direito de greve	590
54. Ilícitude da greve	591
55. Natureza jurídica do direito de greve	595
56. Situações especiais: a greve dos trabalhadores públicos em geral e em certas categorias especiais	597
 Secção III – Lock-out	 603
57. Conceito, modalidades e figuras afins	603
58. Regime jurídico	605
 ÍNDICE IDEOGRÁFICO	 607
 ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	 615
 ÍNDICE GERAL	 635